

B.1) O Meio Ambiente

No que se refere ao meio ambiente²⁰⁷, a evolução do tema e da posição brasileira é significativa desde a primeira Conferência de Estocolmo em 1972. O encaminhamento desta Conferência inicia-se a partir de 1968 com a aprovação da resolução 2938 pela Assembleia Geral da ONU que indicava a importância da discussão de temas ambientais e os impactos humanos sobre seu hábitat. Esta reunião foi o primeiro passo para que o meio ambiente passasse a ser pensado de forma sistemática no contexto das relações internacionais. Apesar do contexto político-estratégico da Guerra Fria e as divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento terem marcado as discussões, Estocolmo representou um salto qualitativo no debate. Como aponta Lago (2006), até esta Conferência, o tema ambiental restringia-se a preocupações fragmentadas na sociedade civil dos países ricos, principalmente europeus, havendo ainda a produção de estudos no âmbito do Clube de Roma (crescimento zero)²⁰⁸. Faltava, contudo, uma visão

207 Recomenda-se a leitura de LAGO, 2006 para uma abordagem detalhada sobre o tema.

208 As publicações *Limit to Growth* e *Blueprint for Survival* são citadas por Lago como exemplos dos materiais produzidos nesta linha. A base das discussões de Estocolmo é o Relatório de Founex.

abrangente das discussões que envolvessem as nações e que chamassem a atenção para os limites ambientais.

A posição brasileira e dos demais países em desenvolvimento naquele momento dos anos 1970 refletiu, segundo Lago, o choque entre as metas de crescimento e modernização e a proposta do crescimento limitado ou zero nos desenvolvidos. A posição brasileira foi defensiva no sentido de preservar o projeto de desenvolvimento e assertiva nas discussões sobre temas sensíveis de controle demográfico, conservacionismo e bens comuns. Como aponta o autor, o país demandava discussões mais democráticas e que levassem em conta as diferenças entre as realidades Norte-Sul. Apesar de sua moderação na busca destas demandas, Lago indica que a posição do país acabou sendo interpretada dentro e fora de casa como negativa, o que até a Rio-1992 foi associada à imagem do país como “vilão ambiental”.

Como resultados de Estocolmo foram estabelecidos um Plano de Ação no qual estavam contempladas questões como redução da poluição, emissão de CFC, lixo tóxico e o desafio de administrar os bens comuns da humanidade (*Common Heritage of Mankind*). No âmbito destes bens, maior desafio é a definição do que limita um bem comum e a soberania nacional, tema que interessa particularmente os países que detêm relevantes patrimônios ambientais como é o caso do Brasil (Floresta Amazônica, Aquífero Guarani). O núcleo do problema relaciona-se à equação: proteger, usufruir e compartilhar estes recursos,

com respeito à soberania e ao sistema global. Outro desafio era o da correlação entre as previsões científicas e realidade, debate intenso que permanece até os dias de hoje referente à comprovação dos custos ambientais: isto é, se as previsões são sustentadas em dados concretos ou apenas especulações sem certeza científica ou hipóteses.

Para lidar com estes desafios, foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, UNEP na sigla em inglês). Nos anos 1980, estes esforços produziram importantes regimes no campo ambiental sobre a camada de ozônio (Convenção de Viena de 1985 e Protocolo de Montreal de 1987), proibindo a emissão de CFCs (clorofluorcarbonos), gases correlatos e estudos sobre sua substituição por produtos menos nocivos. Anteriormente, em 1982, já havia sido estabelecida a Convenção das Nações Unidas Sobre Terra e Mar, além de acordos sobre a exploração de regiões como a Antártica²⁰⁹. Ainda sobre estes regimes e bens comuns, consolidou-se a argumentação da “tragédia dos comuns” sobre a possibilidade de destruição e esgotamento destes bens.

Outro produto da evolução destas discussões foi a publicação do Relatório Brundtland em 1990 (“Nosso Futuro Comum”), preparado pela Comissão Mundial da

²⁰⁹ A participação brasileira no processo consiste-se em uma das mais importantes iniciativas de pesquisa nacionais. Em 2009, o PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro) completou duas décadas.



ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) chefiada pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. O salto qualitativo deste relatório, apesar de sua fria recepção no Sul, como aponta Lago, foi o estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. O conceito buscava responder às críticas destes países quanto à não consideração de suas demandas por crescimento econômico em choque com o desejo de preservação ambiental, revendo o conceito de desenvolvimento. Esta revisão foi sustentada na interação de três pilares: economia, sociedade e desenvolvimento.

Com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, surge uma definição do conceito de desenvolvimento sustentável com ampla aceitação, que se tornaria quase "oficial": "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades" (LAGO, 2006, p. 56).

A lógica desta interação sustentava-se na defesa do desenvolvimento como essencial para a erradicação da pobreza, modernização e melhoria das condições de vida da população mundial, mas com a simultânea preocupação em não esgotar ou destruir recursos naturais no processo. O objetivo era compatibilizar a preservação do meio ambiente com a melhoria de condição de vida humana, tornando-as indissociáveis. Adicionalmente, o relatório procura atender de forma equilibrada as diferenças entre países do Norte e do Sul.

Outro resultado foi o estabelecimento do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática que a partir de 1988 (IPCC) iniciou estudos sobre o impacto da emissão dos gases estufa sobre o meio ambiente. Tais estudos tiveram sequência ao longo do período que precedeu a Rio-1992 e serviram de fundamento para a negociação de uma Convenção Quadro sobre o tema.

A partir deste relatório, a realização de uma segunda conferência nos moldes de Estocolmo foi retomada, com o Brasil, ainda sob o foco pesado de acusações de destruição do meio ambiente, oferecendo-se para realizá-la, contando com o apoio dos demais países em desenvolvimento. O contexto político-estratégico é o do fim da Guerra Fria e o da redemocratização, com o país buscando sua reinserção internacional. A contrapartida interna foi a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 1989) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 1992) como aponta Lago.

Por conta destes fatores, a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 1992 ou ECO-1992²¹⁰ (UNCED) deve ser vista como um marco. As questões ambientais ganham maior dimensão externa e a diplomacia assume uma posição mais ofensiva e

210 Ou Cúpula da Terra. As Conferências de Estocolmo e do Rio tiveram Maurice Strong como seu Secretário-Geral.



o Brasil um papel de vanguarda ambiental. Não só o Brasil, mas outros países em desenvolvimento tornam-se mais assertivos neste campo, introduzindo-o como elemento de suas demandas e reivindicações a partir de seu olhar do Sul. Esta assertividade consiste-se de dois elementos: a defesa de sua soberania e direito ao desenvolvimento no que se refere ao meio ambiente e a uma crítica aos padrões sociais, produtivos e energéticos dos desenvolvidos que causaram a devastação prévia, defendendo uma reforma abrangente. Paralelamente à Rio 1992, realiza-se o Fórum Global, com o significativo envolvimento da sociedade civil, ONGS, empresariado, grupos de interesse fazem parte dos debates.

Os resultados da Rio-1992 são significativos em termos de acordos e cronogramas, definindo os rumos do debate ambiental desde então, apesar de permanecerem cisões Norte-Sul e as dúvidas sobre os méritos científicos de descobertas e previsões. Entretanto, foi possível atingir um consenso entre os eixos, com ênfase crescente em preocupações sociais. A equação “responsabilidade comum, demandas diferenciadas” esteve na base da construção dos consensos, diferente da assimetria de pressões e resistência que caracterizara Estocolmo.

Os principais debates referem-se ao tema da mudança de clima e o aquecimento global, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. A clivagem Norte-Sul manteve-se ao longo da reunião, assim como as reticências norte-americanas em assumir metas e compromissos concretos.

Os resultados que puderam ser alcançados foram significativos, estabelecendo os parâmetros das futuras discussões ambientais até os dias de hoje, democratizando o debate. Sintetizando estes resultados, foram estabelecidos:

- a Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente – representa um relatório final do encontro no qual são estabelecidos vinte e sete princípios relacionados ao meio ambiente, governança, soberania e responsabilidade social, dentre outros. Também encaminha as demais conquistas em forma de documentos e convenções abaixo descritas;

- a Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) – que visa a “conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus recursos; e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização destes recursos” (LAGO, 2006, p. 75). Bastante sensível, este tema envolve a inter-relação entre propriedade intelectual, o que define um bem comum ou um bem de um Estado soberano. Detentor de cerca de 20 a 25% da biodiversidade global, o Brasil marcou claramente suas posições na defesa da soberania nacional para a exploração destes recursos de forma sustentável. Paralelamente envolve a discussão sobre os transgênicos (OGM – organismos geneticamente modificados) e seus impactos ambientais e a legislação que deve regê-los;

- Convenção do Combate à Desertificação – referente ao processo acelerado de desertificação de vastos territórios



- a Declaração dos Princípios Sobre Florestas – referente ao usufruto das florestas, envolve a temática do desenvolvimento sustentável e da soberania. Segundo Lago, representou divergência fundamental entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, uma vez que os primeiros temiam a ingerência externa sobre seu território e patrimônios. As florestas relacionam-se ao tema da mudança de clima e emissão de CO₂²¹¹. Para o Brasil trata-se de questão fundamental dada a Floresta Amazônica e as acusações que pesam, ainda, sobre o país de desmatamento da região (com algumas correntes defendendo que a mesma se torne patrimônio global, contencioso recorrente e tema de preocupação nacional);

- Agenda 21 – correlaciona desenvolvimento sustentável e meio ambiente em uma visão de caráter abrangente e humanista, consistindo-se em

um programa de ação que atribui novas dimensões à cooperação internacional e estimula os governos, a sociedade civil e os setores produtivo, acadêmico e científico a planejar e executar juntos programas destinados a mudar as concepções tradicionais de desenvolvimento econômico e de proteção do meio ambiente. O documento está organizado em quatro seções (...). Seção 1: as dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável (dois dos três pilares do desenvolvimento

sustentável); Seção 2: gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável (terceiro pilar do desenvolvimento sustentável), dividida em a) proteção da atmosfera, b) desertificação e seca, c) oceanos, d) água doce, e) resíduos, f) diversidade biológica e g) combate ao desflorestamento; Seção 3: fortalecimento dos grupos sociais na implementação do objetivo do desenvolvimento sustentável (mulheres, crianças, indígenas, ONGs, sindicatos, academia, etc.); e Seção 4: meios de implementação, dividida em a) recursos e mecanismos financeiros; b) tecnologia; c) instituições e d) instrumentos jurídicos. (LAGO, 2006, p. 76).

- Estabelecimento da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) no ECOSOC para verificar o desenvolvimento e cumprimento das resoluções da UNCED;

- Criação do *Global Environment Facility Fund*;

- Convenção Quadro Sobre Mudança do Clima – precedida pelo IPCC e as Conferências Climáticas de 1978 e 1990 que lançaram os estudos e negociações sobre a questão. O estabelecimento da Convenção-Quadro consolida as preocupações da comunidade internacional com a mudança de clima gerada pela emissão de gases estufa. O polêmico tema do aquecimento global e suas consequências como elevação dos níveis dos mares, intensificação de fenômenos climáticos (furacões, tufões) desertificação e oscilações do clima encontram-se no núcleo das discussões.

211 O impacto dos rebanhos bovinos nestas emissões tornou-se ponto de controvérsia igualmente.

Cercada por intenso debate, a Convenção-Quadro apenas consolidou compromissos para a discussão futura



entre as partes uma vez que a emissão de gases estufa está diretamente relacionada ao desenvolvimento e produção industrial. A redução da emissão liga-se às perspectivas de crescimento interno, tema muito sensível na política interna de países desenvolvidos e em desenvolvimento uma vez que afeta níveis de emprego e matrizes de consumo e produção. Os maiores oponentes ao estabelecimento de metas para redução das emissões foram os norte-americanos. Estas negociações entre os países signatários passaram a ser realizadas nas Conferências das Partes (COP). A primeira COP (COP-1) foi realizada em Berlim, perfazendo, até Agosto de 2012, um total de 17 de Conferências anuais, com previsão da realização da 18ª em Dezembro de 2012 em Doha (neste texto somente destacaremos algumas das COP mais relevantes e as Conferências pós-1992²¹²).

Apesar das controvérsias permanentes nas COP, e nas reuniões e encontros preparatórios que as antecedem, o primeiro grande compromisso para a Mudança de Clima foi alcançado em 1997 com o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das nações Unidas sobre Mudança de Clima. Conhecida como Rio +5, a Conferência de Quioto (COP-3)

não eliminou algumas importantes divergências entre o Norte e o Sul com relação à emissão de gases estufa e suas metas de redução, o conceito de desenvolvimento e o papel das florestas (e do desmatamento) nestas emissões.

As controvérsias, porém, não impediram a conclusão das negociações que resultaram no Protocolo que estabeleceu como principal objetivo a redução da emissão dos gases estufa “em pelo menos 5% abaixo dos níveis dos anos 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012” visando controlar o processo de mudança climática. Processos correlatos associados a este controle foram a prioridade a ser atribuída à eficiência energética e a busca de alternativas às matrizes existentes e o desenvolvimento sustentável. Cada país, conforme sua participação quantitativa nas emissões e condição (desenvolvido ou em desenvolvimento) possui uma quota máxima de emissões e, a partir desta quota, busca a redução estimada acima em 5%.

Para facilitar a implementação desta meta e respeitar as especificidades e necessidades nacionais foram estabelecidos mecanismos flexíveis: a troca de emissões internacionais, que autoriza que países troquem suas emissões entre si, permitindo que países que não utilizem toda a sua quota prevista de emissões vendam o seu excedente a outros que necessitam de limites maiores e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e implementação conjunta, cujo objetivo é incentivar projetos que visem a redução das emissões a partir da criação de créditos de carbono (medi-

212 As COP, desde 1995, foram: COP-1 Berlim (1995), COP-2 Genebra (1996), COP-3 Quioto (1997), COP-4 Buenos Aires (1998), COP-5 Bonn (1999), COP-6 Haia (2000), COP-7 Marrakesh (2001), COP-18 Nova Délhi (2002), COP-9 Milão (2003), COP-10 Buenos Aires (2004), COP-11 Montreal (2005), COP-12 Nairóbi (2006), COP-13 Bali (2007), COP-14 Ponzan (2008), COP-15- Copenhague (2009), COP-16 Ponzan (2010), COP-17 Durban (2011).



das compensatórias como plantação de árvores, melhor utilização de recursos naturais fazem parte desta lógica).

No caso brasileiro, o país assinou o Protocolo em 1998, sua ratificação ocorreu em 2002 e a sua implementação iniciou-se a partir de 2002²¹³. Grandes países emissores como China, Rússia, Japão e membros da UE também se comprometeram com o Protocolo, mas não tem cumprido suas metas na maioria das vezes. O grande ausente do Protocolo continua sendo os EUA, o maior emissor de gases estufa, que até o momento não ratificaram o Protocolo apesar de o terem assinado em 1998. Em 2002, este tema, assim como as permanentes clivagens Norte-Sul e o contexto do unilateralismo da administração Bush filho (e também da GWT) levaram ao esvaziamento da Rio +10 realizada em Johannesburgo na África do Sul. Apesar deste esvaziamento, que se estendeu a ausência de compromissos dos principais emissores, as COPs continuaram sendo realizadas, em meio a questões específicas referentes ao cumprimento do Protocolo de Quioto. Igualmente, deu-se início à realização das Conferências das Partes referentes à Convenção de Diversidade Biológica (MOP-1) a partir de Montreal 2005²¹⁴.

213 Para o status de ratificação ver "Kyoto Protocol - Status of Ratification" em http://unfccc.int/kyoto_protocol/status_of_ratification/items/2613.php. A última atualização é de 26/08/2009.

214 Desde então, já foram realizadas até Agosto de 2012, 5 MOPs, sendo a última em 2010, Nagoya.

No geral, porém, o processo sofreu razoável estagnação desde então, mesmo sendo considerada a Rio +20 realizada em Junho de 2012 (e as COPs anteriores). No caso, em termos de período recente, havia a expectativa de que estes entraves poderiam ser superados a partir de 2009 com a posse da nova administração democrata nos EUA. A COP-15 (Copenhagen), de Dezembro de 2009, foi, assim, tomada como um possível novo ponto de partida. A base para estas avaliações sustentava-se em declarações de 2008 do então candidato Barack Obama que em sua pauta de campanha presidencial, havia dedicado significativa atenção à agenda ambiental (aquecimento global, biocombustíveis, atualização da matriz energética foram alguns dos temas priorizados pelo então candidato). Todavia, a retórica da Casa Branca neste setor (assim como em inúmeros outros analisados no item 2.1) não se traduziu em medidas práticas.

Em sua realização, a COP-15 apresentou o mesmo padrão das conferências anteriores, de ausência de compromissos, que se estendeu nas reuniões seguintes. Em tal contexto, permaneceram as cisões Norte-Sul, a ausência de compromissos concretos dos EUA, com o encontro ocorrendo ainda em um momento de crise econômica dos países do núcleo ocidental. A reunião de Copenhagen marca, igualmente, o surgimento do BASIC como grupo negociador (Brasil, África do Sul, Índia e China) em questões ambientais, cuja parceria desde então tem se estendi-



do a outras áreas (e que se sobrepõem e se soma a outros grupos como o IBAS, BRICS e diversas alianças de geometria variável).

A sombra da crise permaneceu sob as demais COPs, assim como se estendeu até 2012 na realização da Rio +20, a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, esta Conferência realizada mais uma vez na cidade do Rio de Janeiro trouxe avanços em termos de estabelecer uma pauta de prioridades para o encaminhamento das discussões. Assim como na Rio-92, a participação das nações do Sul foi significativa, e marcos do processo anterior como a Agenda 21 demonstraram sua permanente relevância nas discussões. Ainda que os EUA, representados na Conferência pela Secretária de Estado Hillary Clinton, tenham declarado o evento como prioritário no setor ambiental, os compromissos foram poucos, apesar da retórica positiva mais uma vez. Iguamente, paralela à Rio +20 foi realizada, no âmbito da sociedade civil, a Cúpula dos Povos, que congregou movimentos sociais diversos, organizações não governamentais, dentre outros setores da sociedade civil.

Analisando especificamente o processo que culminou em Junho/2012 na realização da Conferência, destaca-se o documento “Esboço Zero” de Janeiro/2012, “O Futuro Que Queremos”. Neste texto, foram indicadas as linhas de ação prioritária para debate na conferência e que resultaram na versão final do documento, lançada no encerramento do

encontro²¹⁵. Para isso, o documento é composto de cinco capítulos, “Nossa Visão Comum”, “Renovação de Compromisso Político” (no qual se reafirma o engajamento político de governos e sociedades com as conversações ambientais iniciadas em Estocolmo, 1972), “Economia Verde em um Contexto de Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza”, “Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável”, “Estrutura Para Ação e Acompanhamento” e “Meios de Implementação”. Especificamente, as linhas de ação prioritária que orientam o documento são:

2. Erradicar a pobreza é o maior desafio global enfrentado pelo mundo nos dias de hoje e um elemento indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste campo, estamos comprometidos em libertar a humanidade da pobreza e da fome de forma urgente. 3. Reconhecemos a necessidade de ampliar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais, e reconhecendo sua interdependência para atingir o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. 4. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança de padrões de consumo e produção sem sustentabilidade (...) a administração da base natural de recursos de desenvolvimento econômico e social

215 A versão aqui utilizada encontra-se datada de 19 de Junho de 2012, tendo sido republicada em 22 de Junho, devido a “razões técnicas” conforme destacado no texto. (THE FUTURE WE WANT, 2012).

são os objetivos abrangentes e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável²¹⁶. (THE FUTURE WE WANT, 2012, p.1).

Apesar desta amplitude do texto, o mesmo foi criticado pela Cúpula dos Povos em sua declaração e setores ligados ao movimento ambiental. De acordo com estas correntes, ao não propor novas metas concretas ou definir demandas políticas mais claras, o documento não superava o quadro de estagnação das negociações ambientais. Da mesma forma, foi apontado que a reunião haveria sido esvaziada pela ausência dos chefes de Estado das principais economias industrializadas, tanto do Norte quanto do Sul. A Cúpula, segundo estas visões, encontrara limitações derivadas da crise econômica e das divergências no setor ambiental, que não pode superar, preservando a paralisação do processo. Entretanto, como destacado, é necessário indicar que a Rio +20 estabeleceu marcos para as negociações futuras e objetivos que precisam ser atingidos, inclusive como parte da reforma das estruturas de governança globais e de criação de projetos para superação da pobreza e desigualdade econômica.

É preciso lembrar que as dificuldades enfrentadas pela Rio+20 não diferem de problemas de trancamento de

pauta e estagnação que afligem todo o sistema multilateral (como discutido no item A no que se refere à ONU de forma abrangente e nos demais itens C e D em setores como segurança e economia). A interdependência entre a agenda social, a econômica e a ambiental, e a pressão doméstica, dificultam o encaminhamento de negociações de uma forma linear, não restrita a um ou outro setor. Quanto mais os temas envolvidos detiverem impactos imediatos sobre questões internas, mais limitações encontrarão em conversações que demandam perspectivas de médio e longo prazo, diante de demandas eleitorais, de grupos de interesse e disputas partidárias. Nestas situações, aplica-se com clareza o termo *intermestic* a diversas esferas multilaterais, por mesclarem preocupações “international” (externas) e “domestic” (internas) dos governos.

Em seu discurso de encerramento da Conferência, a Presidente Dilma aborda estes desafios, apresentando uma perspectiva pragmática e gradualista com relação ao Documento final da Rio +20 e as negociações multilaterais no setor ambiental. Em termos gerais, segundo a Presidente:

O documento “O Futuro que Queremos” torna-se, hoje, um marco no conjunto dos resultados das Conferências das Nações Unidas ligadas ao Desenvolvimento Sustentável. Um passo histórico foi dado em direção a um mundo mais justo, equânime e próspero, para que a pobreza seja erradicada e o meio ambiente protegido. O documento que nós aprovamos hoje não retrocede em re-

216 Neste campo, o documento compromete-se a atuar em consonância com as MDGs.



lação às conquistas da Rio92, não retrocede em relação à Cúpula de Joanesburgo de 2002, não retrocede em relação a todos os compromissos assumidos nas demais conferências das Nações Unidas. Ao contrário, o documento avança e muito, mostrando a evolução das concepções compartilhadas de desenvolvimento sustentável. Lançamos as bases de uma agenda para o século XXI. Tomamos decisões importantes e quero ainda uma vez ressaltar algumas delas. (ROUSSEFF, 2012, s/p).

Em termos de prioridades de agenda e discussões,

Trouxemos a erradicação da pobreza para um centro do debate sobre o futuro que queremos, em consonância com a proteção e o respeito aos direitos humanos fundamentais. Criamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para dar foco e orientação aos nossos esforços coletivos. O foro de alto nível que foi instituímos coordenará os trabalhos das Nações Unidas no campo da sustentabilidade, inclusive, assegurando a implementação desses objetivos (...) Vamos também desenvolver o indicador mais adequado do que o PIB para medir o desenvolvimento incorporando, também, critérios sociais e ambientais. Adotamos o Plano Decenal de Produção e Consumo Sustentáveis. (ROUSSEFF, 2012, s/p).

Em um balanço final,

Como dissemos desde o início de nossos trabalhos, a Rio+20 é um ponto de partida. É o alicerce de nosso avanço. Não é o limite, nem tampouco o teto do nosso avanço. Iniciamos, sim, hoje, aqui na Rio+20, uma caminhada. (ROUSSEFF, 2012, s/p).

Trata-se, portanto, de um desafio que permanece em aberto, e um setor no qual o Brasil tem desempenhado relevante papel desde a década de 1970.

